



As vidas invisíveis nas favelas em que o protagonista é a força policial

Las vidas invisibles en las favelas en que el protagonista es la fuerza policial

JANAINA BARCELOS¹

Resumo

Este trabalho busca refletir sobre a (in)visibilidade dos moradores de favelas do Rio de Janeiro e o reforço de representações sociais cristalizadas sobre esses atores sociais, a partir do desdobramento da tese de doutorado “Imagem e produção de sentido sobre favelas cariocas em fotos jornalísticas”. Observamos como a produção de sentidos nos espaços informacionais tradicionais pode colaborar na orientação de regimes de visibilidade, relacionados à discriminação socioeconômica e às desigualdades sociais. Nosso recorte se direciona ao protagonismo das forças policiais e consequente invisibilidade dos moradores das favelas na cobertura fotojornalística que envolve esses personagens. A partir de uma perspectiva discursiva semiolinguística, baseada em Patrick Charaudeau, procuramos ainda dialogar com a noção de vidas precárias, de Judith Butler, bem como com o conceito de representação social cristalizada (ou estereótipo), a qual engendra imaginários sociodiscursivos que contribuem para a elaboração e disseminação de determinada visão de mundo. Ademais, ao entendermos o surgimento e desenvolvimento das favelas cariocas, percebemos como práticas historicamente atreladas a estruturas tradicionais, sociais, econômicas de produção de desigualdades e segregação de grupos específicos, juntamente com práticas discursivas, conduzem ao fortalecimento de visões estigmatizadas dessas populações. Esse percurso nos auxilia a compreender as origens e perpetuações dessas assimetrias e invisibilidades, além de suas possíveis formas de se dar a ver nos aparatos da imprensa, neste caso, via fotojornalismo. Ele ainda aponta como a criminalização da pobreza é reproduzida continuamente, tornando territórios, comunidades e populações pobres - como as favelas e seus moradores - alvos de violência e controle por parte do Estado, como ocorre com políticas públicas baseadas em ocupações e força policial. Nesse âmbito, o jornalismo, com base no contrato de dizer e mostrar “a verdade” (re) produziria padrões, apagamentos e silenciamentos.

Palavras-chave: favela; invisibilidade; discurso; fotojornalismo.

Introdução

Ao olharmos para fotos publicadas, na grande imprensa, sobre favelas do Rio de Janeiro, podemos engendrar uma série de sentidos capazes ou não de coincidir com as intenções da instância produtora desse discurso visual. Afinal, todo discurso é dotado de intencionalidades e carrega estratégias para que os objetivos de produção de sentidos sejam alcançados, no entanto, sabemos que a instância receptora é também co-produtora desses sentidos, num processo de interlocução entre sujeitos em uma troca comunicativa. Seja qual for esse nível de coincidência, a proposta discursiva colabora para que os moradores desses espaços urbanos tenham mais ou menos

¹ Professora e jornalista, doutora em Estudos Linguísticos – Análise do Discurso (UFMG), mestre em Comunicação e Jornalismo (Universidade de Coimbra), docente adjunto do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), janabarcelos@hotmail.com.

visibilidade de acordo com o modo como são apresentados visualmente, bem como propõe um recorte para este “tornar o outro visível”.

Este artigo propõe refletir sobre essas maneiras de mostrar esse outro que é o morador de favelas cariocas, a partir da análise do discurso de fotografias publicadas no jornal O Globo. Trata-se de um desdobramento de nossa tese de doutorado, que estudou 302 fotos publicadas nesse jornal, nos meses de setembro, outubro e novembro, dos anos 2010, 2012 e 2014. O recorte escolhido foram as imagens em que os habitantes das comunidades aparecem junto com policiais. A intenção é verificar qual a relação de protagonismo dessas pessoas em seu local de moradia, que são as favelas, quando dividem o espaço com as forças de segurança², lembrando que o contexto dessas imagens contempla a política pública de implantação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

É relevante direcionar o olhar para a visibilidade dessa parcela da população na mídia, principalmente porque ela tem sido, histórico, social, cultural e discursivamente, apresentada a partir de representações sociais cristalizadas, ou seja, estereótipos, muitas vezes negativos. Dessa forma, podemos observar, criticamente, como a produção de sentidos nos espaços informacionais tradicionais pode colaborar na orientação de regimes de visibilidade, relacionados à discriminação socioeconômica e às desigualdades sociais, muitas vezes associadas à criminalidade.

Trata-se de parcela significativa da população. Segundo o Censo 2010, o município do Rio de Janeiro possui 763 aglomerados, que reúnem um contingente de aproximadamente 1,4 milhão de pessoas, o que representa 23% da população carioca. É no Rio que estão as duas comunidades mais populosas do Brasil: Rocinha (quase 70 mil habitantes), a maior do país, e Rio das Pedras (em torno de 55 mil habitantes). O Rio de Janeiro é o único estado da região Sudeste em que mais de 10% da população mora em favelas, de acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Data Favela, divulgada em 2014.

Essa realidade não é apenas carioca, pois tais assentamentos constituem um fenômeno urbano e metropolitano: 88% deles se concentram em 20 das 36 regiões metropolitanas e 45% em 15 municípios com mais de um milhão de habitantes. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) calcula que os “aglomerados subnormais”³ abrigam os lares de 6% da população brasileira. E, do total de lares localizados em favelas no Brasil, 19,1% se encontram no estado do Rio de Janeiro.

² Esclarecemos que, sob a denominação de forças de segurança pública, incluímos tanto a polícia militar, quanto os batalhões especiais e as forças armadas. Para nós, a presença desses atores sociais nas favelas representa a presença do Estado naquele local.

³ Denominação conforme classificação do IBGE.

Reflexões teóricas

A análise do discurso das imagens tomou como base a Teoria Semiolinguística, proposta por Patrick Charaudeau (2005). Pelo viés semiolinguístico, olhamos para o discurso como uma troca entre as instâncias de produção e recepção, processo de se dá numa determinada situação de comunicação, regida por um contrato - no caso do jornalismo (logo, do fotojornalismo), baseado na veracidade e na credibilidade das informações. Para elaboração do discurso, empregam-se estratégias discursivas em busca de determinados efeitos de sentidos. No fotojornalismo, essas escolhas estratégicas podem se relacionar a elementos da linguagem fotográfica, à tematização, à escolha das cenas a serem mostradas, à relação com outras imagens presentes no imaginário social que colaborem para o direcionamento de sentidos, entre outros fatores. Para que haja a troca comunicativa, é essencial que os sujeitos interlocutores partilhem referências, universos de saberes e de crenças, que auxiliem nesse intercâmbio. Nesse sentido, as representações sociais têm papel chave.

Moscovici (2011) nos ajuda a compreender que essas representações nos permitem interpretar a realidade por meio de simbolizações e significações. Elas são, ao mesmo tempo, mecanismos de elaboração e estruturas de conhecimento, que servem para familiarizar o não familiar, uma espécie de repertório, de modelos recorrentes e compreensivos de imagens, crenças e comportamentos simbólicos, que nascem de e circulam pelo uso da linguagem.

As representações sociais emergem, não apenas como um modo de compreender um objeto particular, mas também como uma forma em que o sujeito (indivíduo ou grupo) adquire uma capacidade de definição, uma função de identidade, que é uma das maneiras como as representações expressam um valor simbólico (...). (MOSCOVICI, 2011: 21).

Essa partilha de saberes na sociedade ajuda os indivíduos a reconhecerem personagens e papéis sociais, pois as representações funcionariam como padrões de referência. Quando nomeamos ou classificamos alguém ou algo – que são mecanismos os quais atuam na criação de representações – torna-se mais fácil interpretar as características desse alguém ou algo, formar opiniões e emitir julgamentos. Moscovici (2011: 62) exemplifica: *“Quando classificamos uma pessoa entre os neuróticos, os judeus ou os pobres, nós obviamente não estamos apenas colocando um fato, mas avaliando-o e rotulando-o”*.

Esse tipo de noção é importante quando falamos em favelas, pois, seguindo o pensamento do autor, classificar esses espaços e seus habitantes significaria confiná-los a um conjunto de comportamentos e regras que dizem o que é ou não permitido em relação a esse local e a esses indivíduos. Tal processo de categorização generaliza, pois nos leva a escolher um modelo estocado e em nossa memória e estabelecer uma relação com ele, que pode ser positiva ou negativa (MOSCOVICI, 2011). (BARCELOS, 2016: 176).

Algumas representações sociais podem acabar se cristalizando, produzindo os estereótipos, ou seja, aquela imagem coletiva cristalizada que pode atribuir um conjunto de predicados a um tema; um saber difuso que revela uma opinião partilhada (AMOSSY, 2006). Nesse âmbito, a autora descreve o estereótipo como representação ou imagem coletiva simplificada e cristalizada (*figée*) de seres e coisas que herdamos de nossa cultura e que influencia nossas atitudes e comportamentos.

Em relação ao estereótipo, Amossy & Herschberg-Pierrot (2011) lembram que a noção foi introduzida nas Ciências Sociais em 1922, por Walter Lippmann, na obra *Opinião pública*, para designar imagens de nossa mente que fazem a mediação entre nós e o real; seriam esquemas culturais preexistentes a partir dos quais filtramos a realidade, essenciais à vida em sociedade. Essas imagens – como por exemplo o proprietário, a professora, o negro – exprimiriam um imaginário social. Tal abordagem foi retomada pela Psicologia Social após os anos 1950, porém o estereótipo já carregava um aspecto pejorativo conferido por estudos anteriores que o encaravam como processo de categorização e generalização que simplifica e distancia o real, favorecendo uma visão esquemática e deformada do outro que geraria preconceitos. Assim, as autoras ressaltam o caráter ambivalente da noção, tanto como modelos preexistentes que ajudam a compreender o mundo e nortear as condutas, quanto como imagens coletivas fixas de caráter redutor e nocivo. (BARCELOS, 2016: 180)

Diante da carga pejorativa que a noção de estereótipo adquiriu, embora ele possa ser negativo ou positivo conforme seu uso, optamos por adotar a nomeação de representação social cristalizada, a partir de Moscovici (2011), de Amossy (2006) e de Amossy e Herschberg-Pierrot (2011). Assim, entendemos que o estereótipo seria uma representação social cristalizada, mais rígida, fixa e redutora.

Nesse contexto, se as fotos jornalísticas são discursos visuais, os quais mobilizam representações sociais por meio de recursos imagéticos e simbólicos, que atuam no engendramento de sentidos, é relevante buscar entender que representações são essas e como atuam na proposição de visões sobre aquilo que apresenta em seus quadros. Aqui, podemos pensar em quadro na concepção de moldura que tanto restringe, quanto configura o olhar, como aponta Butler (2016), a partir da noção de Goffman (1975). A autora discute como os enquadramentos se constituem molduras pelas quais apreendemos - ou não - as vidas dos outros. Nesse caso, ela aborda as vidas perdidas ou lesadas em guerras, mas seu debate pode ser estendido a outros tipos de vidas consideradas precárias. Ela aponta que há vidas que se encontram em “condição precária”, logo, sujeitas a violações e violências. Assim, o modo pelo qual determinadas vidas são enquadradas poderia situá-las nessa condição, uma vez que se trata de operações de poder capazes de aumentar ou reduzir tal precariedade.

Butler (2016) propõe repensar a noção de precariedade, considerando que toda vida é precária, uma vez que requer condições sociais e econômicas para se manter. Portanto, essa precariedade deveria ser reconhecida como algo compartilhado pela humanidade. A questão seria a distribuição desigual da condição de precariedade, que consideraria algumas vidas potencialmente valiosas, lamentáveis,

e outra não. A partir dessas reflexões, a autora aponta a seguinte definição para condição precária: *“designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte”* (BUTLER, 2016: 46).

Levando em conta a história do surgimento e desenvolvimento das favelas do Rio de Janeiro, vemos que essa população sempre esteve à margem no sentido de não ter seus direitos fundamentais respeitados, nem atendidas suas necessidades básicas de sobrevivência, sendo, inclusive, encaradas como problema pela sociedade e na definição de políticas públicas. Nesse âmbito, estariam situadas nessa condição de precariedade, por estarem vulneráveis, já que não têm redes de apoio para serem vidas dignas de serem vividas: *“a vida exige apoio e condições possibilitadoras para poder ser uma vida vivível”* (BUTLER, 2016: 40). Dessa forma, as condições para vidas vivíveis em bases igualitárias deveriam ser asseguradas, com suportes básicos que reduzissem a precariedade, o que inclui o papel do Estado. Assim, a condição precária também caracterizaria: *“a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas à violência arbitrária do Estado que com frequência não têm opção a não ser recorrer ao próprio Estado contra o qual precisam de proteção”* (BUTLER, 2016: 46-47).

Essas vidas seriam apreendidas, portanto, a partir de enquadramentos, ou seja, *“maneiras de esculpir seletivamente a experiência”* (BUTLER, 2016: 46), que acabam por se reproduzir em imagens veiculadas na mídia, com o consequente reforço de representações sociais elaboradas e compartilhadas ao longo do tempo. Ao se enquadrar socialmente - e literalmente no recorte da fotografia -, organiza-se e apresenta-se algo ou alguém, conduzindo a uma conclusão interpretativa acerca do que é mostrado. Dessa forma, os enquadramentos produzem realidades perceptuais, definem o que estará no foco no campo das percepções. Logo, a foto permite a apreensão dessas vidas, ou seja, o registro delas, o que, todavia, não implica reconhecimento, o qual demandaria uma relação recíproca.

As reflexões sobre enquadramento nos levam a pensar nas inquietações de Foucault (2014) diante do que o discurso é em sua materialidade e do que seu uso representaria. O autor parte da hipótese de que a produção do discurso na sociedade é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que movimentam poderes e dominam a aleatoriedade de sua ocorrência. Nesse sentido, saber e poder se interconectam, definindo o que pode ou deve ser dito e o que não pode ou não deve ser dito, bem como quem tem direito ao dizer.

Tais processos são sustentados por um sistema de instituições sociais, entre as quais, a imprensa, com seus regimes de verdade. A atividade jornalística, por seu contrato de credibilidade e veracidade, adota esta “autoridade” para falar, amparada, ainda, pelo direito do cidadão à informação e pela liberdade de expressão.

Em conjunto com esses aspectos, podemos citar a própria deontologia do jornalismo, pretensamente voltada ao interesse público, que sustentaria sua credibilidade e lhe conferiria uma espécie de autonomia e liberdade de produzir discursos. Esses princípios acabaram sendo incorporados ao fotojornalismo. Nesse processo, a imprensa constrói determinada visão de mundo, tendo a credibilidade conferida pelo discurso da utilidade pública, evocando, propondo e legitimando temáticas e pontos de vista.

Além disso, acreditamos que dois aspectos apontados por Charaudeau (2010a, p. 49)⁴ também contribuem para essa forte ligação com o real e a verdade: o discurso jornalístico pode portar um “valor de verdade”, ao apresentar evidências de um fato, mas também um “efeito de verdade”, ligado à convicção, a uma credibilidade que determina o direito à palavra do interlocutor e as condições de validade dessa palavra. Esse efeito dependerá da razão que leva o sujeito a informar, de quem é esse sujeito e de quais os meios discursivos empregados para conferir autenticidade e verossimilhança aos fatos. Juntando-se a esses aspectos o próprio caráter analógico da foto, sua força de prova e testemunho acaba se consolidando. (BARCELOS, 2016: 46)

Essa gama de fatores colabora para que os discursos veiculados por essa instituição social que é a imprensa tenham papel relevante na construção de subjetividades e na elaboração e manutenção de representações sociais mobilizadas discursivamente, em diversos sistemas de signos, por meio de diferentes enquadramentos.

Retomando Butler (2016), especificamente sobre a imagem, a autora destaca que ela estrutura a maneira pela qual registramos a realidade; está associada a uma cena interpretativa, na qual operamos; além de ser bastante relevante compreender não apenas o que ela mostra, mas como mostra, pois esse como é o que atua na organização de nossa percepção e de nosso pensamento.

Esse raciocínio torna-se essencial ao pensarmos sobre o discurso de fotos jornalísticas, porque, como aborda Joly (2003), por ser tomada do real, esse tipo de imagem e sua legibilidade podem “*reforçar a ideia de que o mundo é conhecido, reconhecido, compreensível, previsível, fazendo com que o leitor possa crer que aquela imagem é conforme o próprio mundo, um retrato*” (BARCELOS, 2016: 45), o qual, de fato, é uma ilusão de transparência. E, como sabemos e bem destaca Wolf (2004), além da subjetividade atrás da objetiva, há processos de seleção sobre o que e como mostrar, além de jogos de interesses e até de acasos, que levam a mostrar algo de um modo e não de outro.

Então como os moradores de favelas do Rio de Janeiro seriam apresentados em fotos jornalísticas, em cenas nas quais estão presentes forças policiais?

⁴ Charaudeau, P. (2010). *Discurso das mídias*. 2. ed. São Paulo: Contexto.

A polícia na favela

O interesse em direcionar o recorte para verificar como os moradores aparecem em fotos de favelas do Rio, nas quais estão em cenas junto com membros das forças de segurança pública, deu-se quando verificamos o alto índice da presença de policiais no conjunto das imagens: cerca de 50%, seja retratando militares em operações especiais ou em policiamentos de rotina, ou destacando veículos da corporação, entre carros e blindados. Logo, os números indicam uma participação significativa desses atores sociais nas fotos que retratam o espaço favela. Se, ao retratar as comunidades, as fotos nos dizem que, na maior parte das situações, há militares no local, essa forma de mostrar conduz à elaboração de uma visão sobre esse lugar.

Das fotos com a presença de forças de segurança, em cerca de 60% elas aparecem em cenas onde há moradores. Verificamos que, nas imagens em que os habitantes das favelas aparecem em cenas diversas, junto com as forças de segurança pública, as pessoas parecem seguir com suas rotinas apesar das operações militares.

Apenas nas fotos em que identificamos momentos de convivência pacífica e cordialidade entre moradores e policiais, há algum tipo de postura ativa do morador, que participa da cena. Nas outras, eles aparecem como figurantes, que caminham, passam por ali, observam, como se fosse rotineiro ter militares por todo lado, inclusive fortemente armados. Esses habitantes não são identificados, nem nomeados nas legendas; são anônimos, mais um em meio a tantos. Os protagonistas nessas imagens não são eles, mas sim os policiais⁵.

Sabemos que a presença de forças policiais de modo patente nas ruas, seja em qual cidade brasileira for, só ocorre em momentos específicos em que elas precisam ser mobilizadas para resolver alguma questão de segurança. No caso das favelas, as imagens nos indicam que a presença delas é uma constante, o que nos faz pensar num discurso de naturalização dessa frequência nesses locais, o que seria capaz de engendrar imaginários de segurança/insegurança a partir da representação social da favela como lugar de perigo. Logo, podemos inferir a circulação de um discurso de que, se há perigo, é preciso intervir, no caso, com o uso da força que representa o aparato policial.

Interessante notar que, nas fotos em que os habitantes das favelas são apresentados em situações nas quais não há polícia, eles também são anônimos, não são nomeados, todavia as situações são variadas, desde momentos de tensão, passando por lazer, trabalho, eleições e cenas do cotidiano. Esse modo de mostrar visualmente as favelas pode colaborar para apresentá-la como diversa,

⁵ A partir deste trecho, inserimos parte da análise presente na tese. Esclarecemos esse ponto, uma vez que optamos por não colocar tal conteúdo em extensas autocitações em bloco, o que poderia tornar a leitura maçante.

heterogênea e, ao mesmo tempo, com atividades que poderiam ser desenvolvidas do mesmo modo em qualquer outro bairro da cidade.

Esse tipo de discurso visual pode contribuir para se contrapor ao discurso de cidade partida, de que a favela é outro lugar diferente do resto da chamada cidade formal. A exceção fica para momentos de tensão e violência, mas que constituem minoria no total das imagens com esse enquadramento, ou seja, naquelas fotos em que os moradores aparecem sem a presença de policiais. Em contrapartida, nas imagens em que as pessoas se encontram no mesmo cenário que os militares, elas são passivas e secundárias no que a cena busca registrar, que é a ação policial.

Também fizemos uma análise a partir dos temas das fotos, sendo que os mais presentes no total do *corpus* foram tráfico de drogas (41%), a maior parte com foco no combate a esse tipo de crime, e Unidades de Polícia Pacificadora (26%). Como as UPPs geralmente estão ligadas ao combate ao tráfico de drogas nas comunidades ditas pacificadas, a maior parte do enquadramento dos temas está relacionada a critérios de noticiabilidade negativos, como crime e, em menor escala, pobreza, reforçando representações sociais que começaram a ser engendradas no início da formação das favelas do Rio e que geraram imaginários de violência.

Na maioria das imagens sobre Tráfico de Drogas, percebemos, que o protagonismo é do militar, enquanto os moradores apenas passam, figurantes na cena, apesar de ali ser o lugar onde moram, estabelecem relações sociais, seja de trabalho, lazer, família ou outros. Mesmo em fotos com esse tema nas quais aparecem sozinhos, os moradores apresentam postura passiva de quem assiste ao acontecimento, mas sem participar, inclusive quando a cena se passa dentro de sua própria casa. Pensamos que, nessas situações, poderia ser mobilizado o imaginário da impotência diante daquele cenário, situando os residentes como vítimas do tráfico e daquela situação de tensão. Vítima nesse sentido de impotente para agir diante das circunstâncias, não de incapaz.

Há cenas, ainda, que trazem a presença de atores nomeados como traficantes, bandidos ou criminosos pelo jornal. Apesar de serem classificados numa categoria específica, não deixam de ser moradores das favelas, embora não sejam nomeados como tal. Há duas maneiras pela qual foram retratados: identificados e não identificados. No primeiro caso, são retratos; no segundo, são cenas captadas à distância, em fotos panorâmicas, nas quais não é possível reconhecer quem são. Quando identificáveis, observamos alguns aspectos: todos são homens, jovens, estão armados, a maioria em atitude de ataque e/ou postura de afronta. Negros na maioria. Vestem bermudas ou agasalhos, protegem o rosto em alguns casos.

Apesar de serem poucas fotografias com esse tema (15), parece-nos que é possível observar um tipo de representação cristalizada do traficante: geralmente jovens, de bermudas, armados, a imagem do “delinquente perigoso”. Tal representação fotográfica do traficante nos parece bastante redutora e colaboraria para uma espécie de tipificação que não considera uma rede de relações que envolve o tráfico tanto dentro como fora da favela. O discurso de que estes homens nas fotos seriam o “mal” contra o qual as forças de segurança pública lutam e por causa de quem estariam ocupando as favelas simplifica um contexto extremamente complexo que abarca não apenas o Rio de Janeiro, mas diz de uma política pública ampla que não soube lidar com a questão das desigualdades sociais, do crescimento urbano, da corrupção, entre outros fatores estruturais, e de uma política de segurança pública que tenta, há décadas, sem sucesso, encontrar um caminho eficaz para o combate ao tráfico de drogas e à criminalidade.

A questão é bem mais complexa, como discute Souza (2005). O autor critica o maniqueísmo que divide a população favelada entre trabalhadores e bandidos e recusa o enfoque vitimizador dos moradores em geral, como reféns do tráfico. Ele destaca a variedade de papéis econômico-sociais que existe entre um trabalhador assalariado residente em uma favela e que tenta conviver com essa situação sem se envolver e o gerente ou dono da boca de fumo nesse local. Há aqueles que prestam serviço remunerado ao negócio das drogas, porém, segundo o autor, com base numa racionalidade econômica e não por desvio moral ou tendência ao crime, como apontam alguns discursos redutores. Há as famílias ligadas tanto a essas pessoas quanto aos próprios traficantes; há ainda os comerciantes e prestadores de serviços locais que são beneficiados pela circulação de renda propiciada pela economia ilegal do tráfico (donos de biroskas, fornecedores de “quentinhas”, por exemplo), e uma série de pessoas que se envolvem direta ou indiretamente com o tráfico por estratégias de sobrevivência.

A figuração do traficante nas fotos que vemos em O Globo desconsidera toda essa complexidade, tendendo ao maniqueísmo apontado pelo autor, que localiza, de um lado, o traficante, e, de outro, o morador vítima desse traficante. E, de fora, vem a polícia para resolver o problema. Nessas concepções baseadas no discurso da pacificação, existe o risco, segundo Bayarri (2015), de se construir uma fronteira por meio do estigma entre os criminosos e os habitantes “normais” das favelas, posicionando os primeiros como a causa das carências e dos problemas dessas comunidades.

Observamos, no quadro geral, que os moradores de favelas do Rio de Janeiro são enquadrados em tipificações redutoras, de vítimas ou de bandidos, que podem contribuir para manter representações sociais cristalizadas da favela como local de criminalidade, a despeito de sua complexidade e diversidade.

Algumas considerações

Esse tipo de representação social do morador vítima e passivo, identificada no discurso de fotos jornalísticas, pode servir como justificativa para ações nas favelas, que partem do pressuposto de que essas pessoas precisam de ajuda. Tal representação está presente no imaginário construído por meio da música brasileira como apontam Oliveira e Marcier (1999); na cobertura do jornal Correio da Manhã analisada por Amoroso (2008); no enquadramento da favela realizado por O Globo e Jornal do Brasil nos anos 1990, como verifica Baiense (2014); na análise da cobertura da ocupação do Alemão em 2007, feita por Rocha (2010), e na de 2010, desenvolvida por Matheus e Silva (2013). Assim, podemos depreender que se trata de um modo recorrente – e homogeneizador e redutor – de representar os habitantes das favelas.

Burgos (1999, p. 28) diz que esse tipo de “*pedagogia civilizatória*” esteve presente desde os anos 1940. O autor critica essa percepção dos moradores das favelas não como cidadãos, sujeitos com direitos, mas como pessoas que precisam dessa ajuda externa – que pode vir de várias frentes, seja da igreja, de ONGs, da polícia. Alguns tipos de imagens podem agir no reforço dessa percepção, ao se dirigirem para cenas de tristeza e tensão, que podem expressar a questão da vitimização devido às circunstâncias que exibem.

A mídia, portanto, atua nesse processo de visibilidades e invisibilidades e, ao fazê-lo, colabora para apontar quais vidas importariam, além de tornar clara, a um olhar crítico, a desigualdade na distribuição da “precariedade” (BUTLER, 2016), já que esses moradores não são vidas atendidas plenamente por condições necessárias a uma vida vivível, tanto pela exposição à violência do tráfico e do Estado, quanto pelo não atendimento a seus direitos fundamentais, ou seja, por serem alvo de constantes violações.

Ademais, ao entendermos o surgimento e desenvolvimento das favelas cariocas, percebemos como práticas historicamente atreladas a estruturas tradicionais, sociais, econômicas de produção de desigualdades e segregação de grupos específicos, juntamente com práticas discursivas, conduzem ao fortalecimento de visões estigmatizadas dessas populações.

Esse percurso, associado à análise de fotos publicadas na imprensa, auxilia-nos a compreender as origens e perpetuações dessas assimetrias e invisibilidades, além de suas possíveis formas de se dar a ver nos aparatos jornalísticos, neste caso, via fotojornalismo. Ele ainda aponta como a criminalização da pobreza é reproduzida continuamente, tornando territórios, comunidades e populações pobres - como as favelas e seus moradores - alvos de violência e controle por parte do Estado, como ocorre

com políticas públicas baseadas em ocupações e força policial. Nesse âmbito, o jornalismo, com base no contrato de dizer e mostrar “a verdade” (re) produziria padrões, apagamentos e silenciamentos.

Vale a pena mencionar que, no trabalho completo que deu origem a este artigo, identificamos que existiram diferenças nos enquadramentos realizados pelo jornal O Globo, no período analisado, por zonas da cidade, sendo, majoritariamente, a zona Norte vista como mais perigosa, como alvo constante de operações militares; a Sul pacificada, logo, tranquila e segura; e a Oeste praticamente invisível, pela pouca presença e pela pulverização da cobertura. Foram mobilizados imaginários de segurança/insegurança, juntamente com o da paz associada às UPPs. E, apesar da aparição significativa dos moradores das favelas nas fotos, essa constância não significou necessariamente voz ou presença de fato, pois, em grande parte, eles são exibidos como figurantes ou agentes passivos.

Enfim, no geral, as fotos analisadas nos apontaram a permanência de imaginários de criminalidade, a partir de representações da favela como lugar de perigo, e a manutenção do eixo da precariedade, como vem ocorrendo ao longo do tempo desde o surgimento das favelas no Rio de Janeiro.

Referências

- AMOROSO, M. (2011). **Nunca é tarde para ser feliz?** A imagem das favelas pelas lentes do Correio da Manhã. Curitiba: CRV.
- AMOSSY, R. (2006). **L'argumentation dans le discours**. 2. éd. Paris: Armand Colin.
- AMOSSY, R., & HERSCHBERG-PIERROT, A. (2011). **Stéréotypes et clichés**. Langue, discours, société. 3^a éd. Paris: Armand Colin.
- BAIENSE, C. (2014). **O lugar da favela no noticiário carioca. Uma análise do enquadramento em O Globo e JB**. Revista Ecopós, 17 (1), 1-19. Recuperado em 14 junho, 2019, de https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/1286.
- BARCELOS, J. D. (2016). **Imagem e produção de sentido sobre favelas cariocas em fotos jornalísticas**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- BAYARRI, G. (2015). **UPPs: o crime como doença e a barreira de castas**. Outras palavras, São Paulo. Recuperado em 14 junho, 2019, de <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/upps-o-crime-como-doenca-e-a-barreira-de-castas>.
- BURGOS, M. B. (1999). **Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro**. In Zaluar, A., & Alvito, M. (Orgs.). Um século de favela. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FVG.
- BUTLER, J. (2016). **Quadros de guerra**. Quando a vida é passível de luto? 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CHARAUDEAU, P. (2005). Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In Pauliukonis S, M. & A. L.; Gravassi, S. (Orgs.). **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucena. 11-27.
- FOUCAULT, M. (2014). **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola.

- GOFFMAN, E. (1975). **Stigmaté**. Les usages sociaux des handicaps. Paris: Les Éditions de Minuit.
- JOLY, M. (2003). *La interpretación de la imagen: entre memoria, estereotipo y seducción*. Barcelona: Paidós Comunicación.
- MATHEUS, L. C., & SILVA, P. H. (2013). **Território retomado: o noticiário sobre operações militares em favelas no Rio de Janeiro**. Revista Ecopós, 16 (3), 44-60. Recuperado em 14 junho, 2019, de https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/831.
- MOSCOVICI, S. (2011). **Representações sociais. Investigações em psicologia social**. 8. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- OLIVEIRA, J. S., & MARCIER, M. H. (1999). **A palavra é: favela**. In Zaluar, A., & Alvito, M. (Orgs.). Um século de favela. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 61-114.
- ROCHA, D. G. (2010, setembro). **Da Batalha à Guerra do Rio: uma abordagem espaço-temporal da representação das favelas na imprensa carioca**. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, MG, Brasil. Recuperado em 14 junho, 2019, de <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/2298/2252>.
- SOUZA, M. L. (2005). **Revisitando a crítica ao mito da marginalidade: a população favelada do Rio de Janeiro em face do tráfico de drogas**. In Acselrad, G. (Org). Avessos do prazer: drogas, Aids e direitos humanos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 89-103.
- WOLF, F. (2004). **Por trás do espetáculo: o poder das imagens**. In Novaes, A. (Org.). Muito além do espetáculo. São Paulo: Editora Senac. 16-45.